

PREFEITURA MUNICIPAL DE BEBEDOURO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 13/2023

Objeto: Aquisição de Oxigênio Líquido, Oxigênio Gasoso, Óxido Nitroso, Nitrogênio Gasoso e Dióxido Carbono USP, incluindo a Cessão, Instalação e Manutenção, sem nenhum ônus a Prefeitura, à título de comodato, durante todo o período de vigência do contrato, de: 01 tanque de Oxigênio com capacidade mínima de 1.700 m³; 80 cilindros de Oxigênio com capacidade de 10 m³; 60 cilindros de Oxigênio de 1 a 3,5 m³; 03 cilindros de Óxido Nitroso com capacidade de 28 kg a 33 kg; 03 cilindros de Nitrogênio Gasoso com capacidade de 10 m³ e 03 cilindros de Dióxido Carbono com capacidade de 4 kg, para o Hospital Municipal de Bebedouro.

EXTRATO DE JULGAMENTO DA IMPUGNAÇÃO APRESENTADA AOS TERMOS DO EDITAL

Inicialmente de posse da **impugnação** apresentada pela empresa **GUSTAVO PAVANELLI**, procedeu-se à análise das razões arguidas pela mesma, entendendo o Pregoeiro, a princípio, ser necessária a remessa dos autos para o setor requisitante, tendo em vista que as matérias apontadas na impugnação referem-se às questões plenamente técnicas, que fogem à área de sua atuação, para que o mesmo se manifestasse, no sentido de esclarecer a necessidade ou não de adequações ao Edital, levando em conta os pontos abordados pela impugnante.

Em resposta, a **Secretaria Municipal de Saúde**, setor requisitante, enviou o **Ofício nº 018/2023/kp**, o qual que faz parte integrante do presente processo licitatório e assim se manifestou:

Em relação à impugnação apresentada Empresa GUSTAVO PAVANELLI:

I- DA FUNDAMENTAÇÃO DA IMPUGNAÇÃO

Resumidamente empresa fundamenta que o Edital não atende as normas da ANVISA e ANTT para armazenagem, distribuição e transporte na oxigenoterapia domiciliar, uma vez que foi observado as características do objeto e vislumbrou-se que o edital irá atender também os pacientes que fazem uso de oxigênio domiciliar e outras unidades de saúde.

Por fim requer, a devida correção quanto ao transporte, entrega e manuseio de cilindros.

II- Conclusão

Esta secretaria de saúde ao analisar os fundamentos, resolve **ACATAR** a presente impugnação, e solicita ao Pregoeiro acrescentar no edital os seguintes termos:

- Local de entrega: os cilindros de 10m³ deverão ser entregues, devidamente instalado, na cor verde, e quando necessário a troca dos equipamentos (reguladores de pressão para cilindros de oxigênio medicinal, fluxômetro, cilindros e válvulas) em domicílio do paciente, dentro do limite do município, a Secretaria enviará mensalmente à empresa vencedora uma lista nominal com os respectivos endereços dos pacientes cadastrados no SUS para o tratamento.
- Todos os demais deverão ser entregues no Hospital Municipal de Bebedouro, com endereço já especificado no Edital.
- Deverão ser substituídos a cada 06(seis) meses: cateter ou máscara, umidificador e extensão.
- Fornecer cateter (se necessária máscara de alta concentração ou máscara para traqueostomia), extensão, umidificador, válvula reguladora de pressão com cilindro com fluxômetro e suporte para cilindro, sem ônus para a prefeitura.

Continuando, de posse da **impugnação** apresentada pelo **WHITE MARTINS GASES INDUSTRIAIS LTDA**, procedeu-se à análise das razões arguidas pela mesma, entendendo o Pregoeiro, a princípio, ser necessária igualmente a remessa dos autos para o setor requisitante, tendo em vista que algumas das matérias apontadas na impugnação referem-se às questões plenamente técnicas, que fogem à área de sua atuação, para que o mesmo se manifestasse, no sentido de esclarecer a necessidade ou não de adequações ao Edital, levando em conta os pontos abordados pela impugnante.

Em resposta, a **Secretaria Municipal de Saúde**, setor requisitante, enviou no mesmo **Ofício nº 018/2023/kp**, suas considerações, o qual que faz parte integrante do presente processo licitatório, e assim se manifestou:

Em relação à impugnação apresentada Empresa WHITE MARTINS GASES INDUSTRIAIS LTDA:

I- DA FUNDAMENTAÇÃO DA IMPUGNAÇÃO

Adoção do tratamento diferenciado reserva de cotas para objeto destinado ao atendimento a uma única rede de gases, prazo de atendimento e Reajuste de preço.

II- CONCLUSÃO

Esta secretaria de saúde ao analisar os fundamentos, resolve **NÃO ACATAR** a presente impugnação, nos seguintes termos:

- Quanto a adoção do tratamento diferenciado da reserva de cotas para objeto destinado ao atendimento a uma única rede gases, questionamentos:

1) Como será possível que 02 (dois) fornecedores distintos, sendo 01 (um) vencedor para o item 06 e outro vencedor para o item 12, instalem tanque criogênico, respectiva central reserva e realizem o fornecimento de oxigênio líquido, de forma concomitante, para uma mesma rede de distribuição de oxigênio?

R. Esta secretaria informa à licitante que são entradas distintas, sendo plenamente possível a divisão dos itens com base na lei, considerando que o pedido inicial preferencialmente será para empresas de porte ME e EPP, e posteriormente para LTDA, o departamento responsável emitirá uma ordem de serviço/entrega, de acordo com a ordem ME e EPP e posterior LTDA.

As demais questões relacionadas a este item se tornaram prejudicadas, pois a informação prestada na questão 1 responde automaticamente as seguintes.

- Quanto ao **prazo de atendimento**:

Esta secretaria fixou o prazo de 15 dias constante no edital de acordo com a urgência e necessidade do ambiente hospitalar e assistência à saúde, portanto **não se ACATA** esta solicitação.

Por fim, quanto ao **Reajuste de preço**. Esta secretaria solicita manifestação do departamento de licitação referente a este questionamento, considerando questões desta natureza não cabe à equipe técnica desta secretaria.

Em que pese as argumentações da empresa **WHITE MARTINS GASES INDUSTRIAIS LTDA** com relação a cota reservada para participação de ME e EPP, informamos que o presente Edital está em conformidade com a legislação vigente, em especial ao Direito da cota reservada às micro e pequenas empresas, amparado no artigo 48, inciso III da Lei Complementar n. 123/06, alterada pela LC 147/14, bem como, em consonância com o Decreto Municipal nº 12.007/2016: “Art. 1. Nas licitações destinadas a aquisição de bens de natureza divisível, cujo valor estimado de contratação seja superior R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), deverá a Administração: I – Nos casos de objeto composto de um único item, reservar a cota de participação exclusiva de microempresas e empresas de pequeno porte, no percentual de 10% (dez por cento) do valor do objeto licitado”. Sendo assim, a forma prevista no edital com a divisão dos lotes está devidamente dentro das normas vigentes.

Informamos ainda que, com relação ao **Reajuste de Preço**, devemos esclarecer resumidamente que existem formas distintas para manutenção das condições efetivas da proposta que porventura originaram um determinado contrato, sendo um deles o reajuste contratual e, outro, o reequilíbrio econômico-financeiro. Neste sentido, entendemos que o reajuste visa diminuir o impacto da desvalorização da moeda utilizando-se de índices setoriais vinculados às elevações inflacionárias, como o IGPM, INPC ou IPCA; e, de acordo com o Acórdão 1.488/2016 do Tribunal de Contas da União, a repactuação de preços, como espécie de reajuste contratual, aplica-se apenas nas contratações de serviços continuados prestados com dedicação exclusiva de mão de obra. Por outro lado, o pedido de reequilíbrio econômico-financeiro preserva o valor contratado das variações anormais da economia, provocadas por fatos extracontratuais, supervenientes à apresentação da proposta e, em geral, imprevisíveis ou, se previsíveis, de consequências incalculáveis, decorrentes da ocorrência de caso fortuito, de força maior ou fato do príncipe, superveniente à apresentação da proposta e capaz de retardar ou impedir a regular execução do ajustado, ou seja, o pedido de reequilíbrio deve ser utilizado quando a atividade de execução do contrato sujeitar-se a uma excepcional elevação de preços ou quando os encargos contratualmente previstos são ampliados ou se tornam extremamente onerosos. Neste caso, o pedido de reequilíbrio econômico-financeiro pelo contratado não depende de previsão no edital, podendo ser concedido a qualquer tempo ao longo do contrato, desde que o contratado justifique e comprove a alteração contratual nos termos previstos no artigo 65, inciso II, alínea d, da Lei Federal 8.666/93. Corroborando com este entendimento, o Tribunal de Contas da União no Acórdão nº 1.563/2004, bem como, a Advocacia-Geral da União, na Orientação Normativa nº 22, de 1º de abril de 2009, admitem que o reequilíbrio econômico-financeiro pode ocorrer a qualquer tempo, não sendo adequado pretender estipular uma periodicidade mínima para sua concessão. Face as argumentações citadas, a aplicação de reajuste de preço ao presente caso, não se aplica, uma vez que o objeto da licitação é a “aquisição de produto” e não “prestação de serviços continuados”, devendo a empresa contratada quando necessário, e se assim desejar, solicitar reequilíbrio econômico-financeiro na forma prevista em lei.

Em face do exposto, o Pregoeiro, com o devido amparo no **ofício/resposta** à diligência realizada, encaminhado pela Secretaria Municipal de Saúde, setor requisitante, DECIDIU, pelo **indeferimento** da impugnação apresentada pela empresa **WHITE MARTINS GASES INDUSTRIAIS LTDA**, e pelo **deferimento** da impugnação apresentada pela empresa **GUSTAVO PAVANELLI**, procedendo-se às devidas adequações no Edital, nos termos apontados na manifestação do setor requisitante, sendo tudo na correta aplicação dos preceitos legais atinentes à espécie.

Proferida a presente decisão e nada mais tendo a ser analisado e julgado pelo Pregoeiro, o mesmo ordenou a publicação na Imprensa Oficial Eletrônica do Município disponibilizada no site oficial do município: www.bebedouro.sp.gov.br do competente extrato de julgamento, bem como, ordenou a expedição das respectivas notificações via correios eletrônicos “e-mails”, conforme estabelecido no **item 13.5.1. do Edital** da presente licitação, à empresa requerente e às demais empresas que porventura tenham retirado o edital em referência comunicando a presente decisão, ordenando ainda, a posterior publicação do **Edital nº 25/2023 Rerratificado** da Licitação, no Diário Oficial do Estado de São Paulo, em Jornal de ampla circulação no Estado de São Paulo e na Imprensa Oficial Eletrônica do Município disponibilizada no site oficial do município: www.bebedouro.sp.gov.br.

Bebedouro, vinte de abril do ano de dois mil e vinte e três.

Paulo Eduardo Martins
Pregoeiro

Consoante aos termos da decisão proferida, que adoto como fundamento, no uso de minhas atribuições legais, **RATIFICO** a r. decisão, em atendimento aos princípios licitatórios e constitucionais.

Bebedouro, vinte de abril do ano de dois mil e vinte e três.

Lucas Gibin Seren
Prefeito Municipal